

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO CONSTITUCIONAL)

QUESTÃO 01

Podem os Estados-Membros da Federação dispensar em seus estatutos constitucionais a prestação de contas da Administração Pública direta e indireta? Fundamente sua respostas com base nos dispositivos constitucionais pertinentes. **(10 pontos)**

QUESTÃO 02

Em que consiste o princípios da proporcionalidade? (10 pontos)

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO CONSTITUCIONAL)

QUESTÃO 03

O parecer prévio de Tribunal de Contas sobre as Contras do Chefe do Poder Executivo pode prevalecer contra o voto da maioria absoluta do correspondente Poder Legislativo? Aponto os dispositivos constitucionais pertinentes. **(10 pontos)**

QUESTÃO 04

O novo formato da imunidade formal, estabelecido pela Emenda à Constituição da República nº 35/2001, é aplicável a Deputados Estaduais? Aponto os dispositivos constitucionais pertinentes. **(10 pontos)**

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO CONSTITUCIONAL)

QUESTÃO 05

É possível o controle judicial de projeto de lei ou projeto de emenda constitucional? Em caso positivo, quem tem legitimação, qual a ação cabível e em qual dispositivo legal da Constituição Federal teria fundamento? **(10 pontos)**

QUESTÃO 06

Servidor público estadual estatutário, cujo regime anterior era o Celetista, pretende ingressar com ação para reclamar direitos referentes ao seu vínculo - atual e anterior. De quem é a competência para processar e julgar a ação? **(10 pontos)**

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO CONSTITUCIONAL)

QUESTÃO 07

Segundo reza a Constituição Federal, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são obrigados a manter, de forma integrada, sistema de controle interno. Se, todavia, os responsáveis por este controle interno, ao tornarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade definida na Constituição Federal, deixarem de dar ciência ao Tribunal de Contas da união, a que tipo de punição estarão sujeitos? Citar o dispositivo legal em que baseia sua resposta. **(10 pontos)**

QUESTÃO 08

A união tem o direito de desapropriar, por interesse social para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não cumpre sua função social ditada pela Constituição. Uma vez paga a justa indenização nos termos legais, a União passa a ser a legítima possuidora do imóvel desapropriado, que, *ipso facto*, se torna um imóvel público. Pode ocorrer que alguém que não seja proprietário de imóvel rural ou urbano possua, como seu, por cinco (5) anos ininterruptos, sem oposição alguma, na zona rural, o imóvel que já pertence à União, cuja dimensão é inferior a 50 hectares, tornando-o produtivo por força de seu trabalho ou de sua família, tendo neste imóvel sua moradia. Pergunta-se: pode, o usuário desse imóvel invocar usucapião para adquirir esta propriedade, ou, se o fizer, encontrará obstáculo na própria lei que lhe confere este direito? Justificar com a lei a sua resposta. **(10 pontos)**

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO CONSTITUCIONAL)

QUESTÃO 09

O Governador do Estado X sanciona, no dia 10 de abril de 1995, Projeto de Lei que estabelece a transformação dos cargos de detetive, com mais de 10 (dez) anos de efetivo exercício, sem punição administrativa e penal, em cargos de delegado. Analise a constitucionalidade da referida lei. **(10 pontos)**

QUESTÃO 10

Diferencie juros compensatórios de juros moratórios, no âmbito da desapropriação, informando a regra constitucional que lhes permite a incidência.

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO CIVIL E COMERCIAL)

QUESTÃO 11

Considerando as respectivas finalidades, distinga: **a)** juros compensatórios; **b)** juros moratórios; e **c)** correção monetária. **(10 pontos)**

QUESTÃO 12

No Direito Civil brasileiro, além da indenização por danos material e moral, é também admissível a cumulação de ambos com o dano estético, comprovando-se que todos são oriundos de um único fato. Justifique **(10 pontos)**

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO CIVIL E COMERCIAL)

QUESTÃO 13

Em que consistem a *Traditio Brevi Manu* e o Constituto Possessório? Em que se diferenciam? **(10 pontos)**

QUESTÃO 14

Como se distingue o detentor segundo as teorias subjetiva e objetiva? **(10 pontos)**

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO CIVIL E COMERCIAL)

QUESTÃO 15

Em contrato onde se tenha estipulado prestação em favor de terceiro (beneficiário), pode o estipulante, independentemente de qualquer formalidade, exonerar o promitente (devedor), ou, de comum acordo com este, proceder à substituição do beneficiário? Justifique. **(10 pontos)**

QUESTÃO 16

No processo falimentar, uma vez certificado pelo Oficial de Justiça que, exauridas as diligências realizadas, o representante legal da empresa comercial vem-se ocultando, é possível proceder-se à citação por hora certa? **(10 pontos)**

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO CIVIL E COMERCIAL)

QUESTÃO 17

Na compra e venda mercantil, pode o comprador ser considerado consumidor? Justifique. **(10 pontos)**

QUESTÃO 18

No direito brasileiro, pode ser considerada nula a compra e venda que tenha por objeto coisa não pertencente ao vendedor? Justifique. **(10 pontos)**

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO CIVIL E COMERCIAL)

QUESTÃO 19

Estabeleça a distinção entre norma jurídica dispositiva e norma jurídica cogente. Exemplifique com artigos do Código Civil. **(10 pontos)**

QUESTÃO 20

É possível a dissolução judicial de uma sociedade anônima a pedido de uma acionista por falta de *affectio societatis*? Justifique. **(10 pontos)**

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO PROCESSUAL CIVIL)

QUESTÃO 21

Denegada a segurança, cessa, automaticamente, a eficácia da liminar que se concedeu *initio litis*? Justifique. **(10 pontos)**

QUESTÃO 22

Da decisão que diverge de outra, na interpretação da Constituição Federal, cabe Recurso Especial? Extraordinário? Nenhum dos dois? Por quê? **(10 pontos)**

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO PROCESSUAL CIVIL)

QUESTÃO 23

É proposta, no Estado do Rio de Janeiro, Ação Civil Pública em face de empresa fabricante de determinado medicamento em relação ao qual há suspeita de que seja cancerígeno. A demanda é contestada. Ao final, a sentença julga procedente a demanda. Pergunta-se: A sentença produz efeitos fora do Estado onde foi prolatada? Justifique **(10 pontos)**

QUESTÃO 24

“A” propôs Ação Popular em face do Estado e de uma empresa privada, alegando, como causa de pedir, que os réus celebram contrato para realização de obra pública lesivo aos cofres públicos, razão pela qual deve ser anulado. Foram citados empresa contratada, o Estado e algumas pessoas físicas.

Responda fundamentadamente:

a) É cabível Ação Popular fundada exclusivamente em alegação de lesividade do ato impugnado para os cofres públicos?

b) Qual a natureza do litisconsórcio formado entre os réus da Ação Popular?

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO PROCESSUAL CIVIL)

Questão 25

Em que momento se considera proposta a ação? Quais as consequências jurídicas decorrentes da fixação do momento da propositura da ação? Justifique a resposta com base no ordenamento processual civil em vigor. **(10 pontos)**

QUESTÃO 26

A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título, por ato entre vivos, altera a legitimidade das partes? Justifique a resposta com base no ordenamento processual civil em vigor.

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO PROCESSUAL CIVIL)

QUESTÃO 27

Qual a natureza da argüição de usucapião em contestação? (10 pontos)

QUESTÃO 28

Quem tem o poder de firmar a peça de informações da autoridade apontada como coatora, requisitadas pelo juiz, em mandado de segurança? Fundamente sua resposta. (10 pontos)

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO PROCESSUAL CIVIL)

QUESTÃO 29

Os bens de autarquia e de sociedade de economia mista estão sujeitos à penhora? Como se processa a ação de execução de tais entidades? (10 pontos)

QUESTÃO 30

A sentença concessiva de mandado de segurança para pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias a servidor público produz efeitos patrimoniais pretéritos? Que parcelas se encontram abrangidas nesta ação mandamental? Confronte o § 3º, art. 1º, da Lei 5.021/66 e a Súmula 271, STF. (10 pontos)

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO ADMINISTRATIVO)

QUESTÃO 31

Cientificado de decisão do Tribunal de Contas que declarou a ilegalidade de ato de dispensa de licitação da Prefeitura de Valentino e determinou seu desfazimento, o Chefe do Poder Executivo Municipal encaminha, a título de comprovação do atendimento à referida decisão, a cópia do ato de revogação da dispensa, fundamentado no *"interesse público quanto à necessidade de observância das decisões da Corte de Contas."* A medida adotada foi correta, sob o ponto de vista jurídico? Fundamente. **(10 pontos)**

QUESTÃO 32

Revogação de permissão de serviço público gera direito à indenização? Fundamente. **(10 pontos)**

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO ADMINISTRATIVO)

QUESTÃO 33

A Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, veda a renúncia de receitas? Fundamente. **(10 pontos)**

QUESTÃO 34

É conforme à lei de regência a prorrogação de serviços ou obras contratados, em caso de emergência, para execução em 180 dias, se o escopo não se conclui nesse prazo? Fundamente. **(10 pontos)**

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO ADMINISTRATIVO)

QUESTÃO 35

Decreto municipal autoriza a doação de terreno do Município a fundação privada destinada a brigo de menores. Pergunta-se: é legítimo o conteúdo desse decreto? Por quê? Fundamente. **(10 pontos)**

QUESTÃO 36

Se determinado Tribunal aprova ato regimental caracterizado como *interna corporis*, é possível admitir a sindicabilidade dessas normas perante o Poder Judiciário? Fundamente. **(10 pontos)**

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO ADMINISTRATIVO)

QUESTÃO 37

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, ao analisar a Prestação de Contas da Administração Financeira do Município BETA, referente ao exercício de 1998, emitiu, à unanimidade, Parecer Prévio favorável à sua aprovação. A Câmara Municipal, em sessão plenária, presentes mais de 2/3 dos Vereadores acolheu, *in totum*, o Parecer do TCE-RJ, formalizando a decisão mediante Decreto Legislativo.

Pergunta-se: O Parecer Prévio do TCE-RJ, aprovado pela Câmara, implica quitação aos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração direta e indireta do Município? Fundamente. **(10 pontos)**

QUESTÃO 38

O Prefeito do Município de Porto dos Milagres, no exercício do cargo, comete crime de responsabilidade, acerca do qual foi oferecida denúncia após a cessação do mandato. Há competência por prerrogativa de função? Fundamente. **(10 pontos)**

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO ADMINISTRATIVO)

QUESTÃO 39

Impõe-se o princípio constitucional da segurança jurídica à observância da Administração Pública, integrando obrigatoriamente o regime jurídico dos servidores públicos e ensejando, destarte, aplicação, nos termos do art. 368 da Constituição Estadual, de normas infraconstitucionais federais que tenham explicitado. Refira, fundamentando-os, dois exemplos de normas federais consubstanciadoras do mencionado princípio. **(10 pontos)**

QUESTÃO 40

É constitucionalmente possível a subsistência da percepção de proventos de aposentadoria de dois cargos acumuláveis com remuneração proveniente do exercício de outro cargo de provimento efetivo? Fundamente **(10 pontos)**

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO)

QUESTÃO 41

É possível ao Estado, através de Lei Ordinária, instituir e cobrar dos moradores do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, responsáveis por despejo ilícito de esgoto, uma taxa calculada com base no volume de despejo desse esgoto? Justifique. **(10 pontos)**

QUESTÃO 42

Podem os Municípios exigir *IPTU* sobre os imóveis pertencentes a Autarquia estadual, quando os imóveis se encontrem alugados a terceiros? Justifique. **(10 pontos)**

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO)

QUESTÃO 43

Somente a lei pode fixar a alíquota dos impostos? Justifique. **(10 pontos)**

QUESTÃO 44

O que é uma base de cálculo específica? **(10 pontos)**

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO)

QUESTÃO 45

Qual a natureza do lançamento tributário? Justifique a resposta e informe sobre outros eventuais posicionamentos. **(10 pontos)**

QUESTÃO 46

Que entende o candidato por elisão lícita e elisão ilícita? **(10 pontos)**

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO)

QUESTÃO 47

Pode a Administração Fazendária aceitar pagamento de imposto mediante fornecimento de produtos industrializados pelo contribuinte? Justifique a resposta. **(10 pontos)**

QUESTÃO 48

Lei que estabeleça novas garantias em favor do crédito tributário é aplicável a obrigações nascidas antes do início de sua vigência. Justifique. **(10 pontos)**

PROVA ESCRITA GERAL (DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO)

QUESTÃO 49

Que é economicidade? (10 pontos)

QUESTÃO 50

O Poder Judiciário está sujeito ao controle externo do Tribunal de Contas? Justifique a resposta. (10 pontos)
